



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE SÃO MARTINHO

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – LRF

A LC nº 101/2000, artigo 20, inciso III, alínea “a” fixou em 6% da Receita Corrente Líquida do período como limite de comprometimento com despesas de pessoal.

A Receita Corrente Líquida realizada no exercício de 2016 foi de R\$ 18.472.517,10. Logo, o comprometimento dos gastos com pessoal do Poder Legislativo foi de R\$ 422.131,52 representando 2,29 %.

RESTOS A PAGAR

No início do exercício de 2016, esse poder não utilizou disponibilidade financeira para pagar Despesas relativas a Restos a Pagar de 2015.

Por ocasião do encerramento de exercício na, em 31 de Dezembro de 2016, não havia restos a pagar, assim sendo, não foram inscritos restos a pagar processados e não processados.

Por outro lado, no Ativo Financeiro, na mesma data havia uma disponibilidade financeira de R\$ 14.433,75, a qual foi registrada como repasse diferido para o exercício seguinte em ambos os poderes em conformidade à LDO. No entanto as sobras de recurso somaram R\$ 400.000,00 já devolvidos anteriormente ao poder Executivo. Com base nas devoluções financeiras e não execução em sua totalidade houve redução de dotações livres de R\$ 442.950,00 as quais foram repassadas ao poder Executivo conforme necessidade.

MATERIAL PERMANENTE

Durante o exercício de 2016 foram adquiridos equipamentos no valor de R\$ 1.999,00.